



Ex.^{mo} Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. n.º 1014
Ent. 1461

SUA COMUNICAÇÃO DE
21.03.2016

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015

DATA

13 ABR. 2016

- N.º **1031**

ASSUNTO: Pergunta n.º 975/XIII/1.ª de 21 de março de 2016, do Grupo Parlamentar do CDS-PP (Deputados Nuno Magalhães, Telmo Correia e Vânia Dias da Silva) - Campus de Justiça de Guimarães

Em referência ao V. ofício acima mencionado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Elisabete Matos

LMI/AC



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta n.º 975/XIII, dos Senhores Deputados Nuno Magalhães, Telmo Correia e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), relativa ao Campus de Justiça de Guimarães.

Os Senhores Deputados Nuno Magalhães, Telmo Correia e Vânia Dias da Silva, a propósito da intenção do Governo de constituir um Campus da Justiça em Guimarães, colocaram à Senhora Ministra da Justiça as seguintes questões:

«1. *Considerando a poupança no valor das rendas atuais, por contraposição com a despesa de novas rendas a pagar, que vantagem vai resultar para o erário público da constituição do novo Campus da Justiça de Guimarães?»*

«2. *Qual o montante expectável de obras de adaptação destes novos edifícios, por contraposição com o montante das obras de conservação dos edifícios atualmente existentes?»*

«3. *Qual o destino a dar aos edifícios que vão pagar? Que poupanças são aí expectáveis?»*

«4. *Que verbas estão previstas, para este fim, no Orçamento do Ministério da Justiça para 2016?»*

É intenção do Ministério da Justiça encontrar uma solução alternativa que permita albergar as secções de família e menores, de execução e cível e criminal da instância central de Guimarães, atualmente instaladas em Creixomil, dado que aquela localidade se situa a cerca de 5 Km do centro da cidade, sendo os utentes obrigados a deslocar-se do centro para a periferia, para além do elevado valor mensal suportado com a respetiva renda.

Na sequência da visita da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça à comarca de Braga, os serviços do Ministério da Justiça, em articulação com o Ministério das Finanças, encontram-se a avaliar algumas propostas de imóveis sediados em Guimarães.

O Ministério da Justiça não dispõe, assim, dos elementos que lhe permita antecipar a solução que, em concreto, albergará aquelas secções. Todavia, o que o Ministério da Justiça pode, desde já, garantir é que estão a ser empreendidos todos os esforços para que uma solução, devidamente ponderada, possa ser implementada o mais cedo possível e que essa solução, seguramente, será de molde a contribuir para uma melhoria substancial ao nível do acesso à justiça da população de Guimarães.